

## **HENRIQUE MELLO**

Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP – Largo São Francisco); Master di secondo livello em Direito pela Università degli Studi di Genova; Professor de Direito Tributário no Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET); Coordenador do IBET em São José do Rio Preto; Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (TIT/SP). Advogado Tributarista.

# **OS TERCEIROS NA SUJEIÇÃO PASSIVA TRIBUTÁRIA E O ALTERLANÇAMENTO**

2020

editora e livraria

**NOESES**

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

---

**M478t**

**Mello, Henrique**

**Os terceiros na sujeição passiva tributária e o alterlançamento / Henrique Mello. - 1. ed. - São Paulo : Noeses, 2020.**

**386 p. ; 23 cm.**

**ISBN 978-65-990513-9-5**

**1. Direito tributário - Brasil. 2. Obrigação tributária - Brasil. I. Título.**

**20-67467**

**CDU: 34:351.713(81)**

---

**Leandra Felix da Cruz Candido - Bibliotecária - CRB-7/6135**

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>VII</b>
<b>PREFÁCIO.....</b>	<b>IX</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>

### Capítulo I

#### **SOBRE TERCEIROS E DEVERES INSTRUMENTAIS – ALGUMAS QUESTÕES DE BASE**

<b>1. TERCEIROS ENQUANTO SUJEITOS PASSIVOS TRIBUTÁRIOS .....</b>	<b>9</b>
1.1 Sobre quem não são os terceiros.....	14
1.2 Relevância da individualização do terceiro.....	17
<b>2. DEVERES INSTRUMENTAIS TRIBUTÁRIOS...</b>	<b>19</b>
2.1 Dinâmica de imposição de relações intersubjetivas	19
2.2 Múltiplas relações tributárias e o Código Tribu- tário Nacional .....	34

OS TERCEIROS NA SUJEIÇÃO PASSIVA TRIBUTÁRIA  
E O ALTERLANÇAMENTO

2.3 Características dos deveres instrumentais tributários .....	37
<b>3. RELEVÂNCIA DOS TERCEIROS E SUAS RELAÇÕES INSTRUMENTAIS .....</b>	<b>41</b>

**Capítulo II**

**FUNDAMENTOS DA ATRIBUIÇÃO DE DEVERES INSTRUMENTAIS TRIBUTÁRIOS A TERCEIROS**

<b>1. DEVERES DE TERCEIROS COMO DIREITO VIGENTE.....</b>	<b>47</b>
<b>2. DO ATO ADMINISTRATIVO AO ATO DO ADMINISTRADO .....</b>	<b>53</b>
<b>3. OS TERCEIROS EM AUXÍLIO DA TRANSPARÊNCIA .....</b>	<b>59</b>
<b>4. O PODER-DEVER DE ARRECADAÇÃO .....</b>	<b>65</b>
<b>5. O PODER-DEVER DE FISCALIZAÇÃO .....</b>	<b>71</b>
5.1 Características do ordenamento brasileiro quanto ao tema .....	71
5.2 Fundamentos constitucionais .....	76
5.3 Dever de colaboração .....	79
<b>6. FUNÇÃO VERSUS DEVER .....</b>	<b>83</b>
<b>7. FUNDAMENTOS NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.....</b>	<b>85</b>

HENRIQUE MELLO

**Capítulo III****PARA UMA NOVA TIPOLOGIA DOS DEVERES INSTRUMENTAIS TRIBUTÁRIOS**

<b>1. PAGAMENTO E DEVERES INSTRUMENTAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>91</b>
1.1 Interdependência das prescrições definitórias sobre obrigação tributária e deveres instrumentais.....	92
1.2 Unidade do direito e o compartilhamento de dados gerais sobre conceitos jurídicos entre ramos distintos.....	94
<b>2. ESTRUTURANDO OS ELEMENTOS EM TORNO DA FINALIDADE.....</b>	<b>101</b>
2.1 Sobre os objetos do vínculo intersubjetivo.....	103
2.2 Adimplemento e cooperação.....	104
<b>3. PAGAMENTO EM SENTIDO ESTRITO.....</b>	<b>109</b>
3.1 Princípios informadores da noção de adimplemento.....	110
3.2 Pagamento como adimplemento em sentido técnico.....	111
3.3 Pagamento como adimplemento de débito próprio.....	112
<b>4. RAZÕES PARA A LEITURA DO TERMO PAGAMENTO COMO ADIMPLEMENTO EM SENTIDO TÉCNICO.....</b>	<b>117</b>
<b>5. OBJETOS DOS DEVERES INSTRUMENTAIS COMO COMPORTAMENTOS DISTINTOS DE PAGAMENTO.....</b>	<b>121</b>

OS TERCEIROS NA SUJEIÇÃO PASSIVA TRIBUTÁRIA  
E O ALTERLANÇAMENTO

<b>6. NOVA TIPOLOGIA DOS DEVERES INSTRUMENTAIS TRIBUTÁRIOS.....</b>	<b>123</b>
6.1 Alguns deveres instrumentais tributários com base na nova tipologia.....	126
6.1.1 Deveres instrumentais tributários atribuídos a terceiros.....	133
6.1.1.1 <i>Dever de constituição do crédito tributário</i> .....	134
6.1.1.2 <i>Deveres de retenção e de reembolso antecipado</i> .....	134
6.1.1.3 <i>Dever de recolhimento</i> .....	135
<b>7. PRESTAÇÃO DE DAR VALOR PECUNIÁRIO A CARGO DE TERCEIROS – EM BUSCA DE UM NOVO PATAMAR PARA OS DEVERES INSTRUMENTAIS TRIBUTÁRIOS.....</b>	<b>139</b>

### Capítulo IV

## REFLEXOS DA NOVA TIPOLOGIA PARA A TEMÁTICA DA SUJEIÇÃO PASSIVA TRIBUTÁRIA

<b>1. INFLUENCIANDO CONCEITOS .....</b>	<b>143</b>
<b>2. SUJEIÇÃO PASSIVA TRIBUTÁRIA SOB O VIÉS DA FINALIDADE E DA CAUSA PRÓXIMA DAS RELAÇÕES .....</b>	<b>145</b>
2.1 Esclarecimento necessário sobre a teoria dualista da obrigação e a sujeição passiva tributária.....	153
2.2 Contribuintes.....	159
2.2.1 Solidariedade.....	161

## HENRIQUE MELLO

2.3	Responsáveis tributários.....	163
2.3.1	Função do art. 128 do Código Tributário Nacional.....	164
2.3.2	Responsabilidade tributária por sucessão, “de terceiros” e por infrações.....	166
2.3.3	Substituição tributária.....	172
2.4	Uma breve e necessária advertência: responsabilidade enquanto sanção .....	179
<b>3.</b>	<b>TERCEIROS .....</b>	<b>185</b>
<b>4.</b>	<b>SUJEIÇÃO PASSIVA DOS DEVERES INSTRUMENTAIS TRIBUTÁRIOS.....</b>	<b>187</b>
<b>5.</b>	<b>CONTRIBUINTES, RESPONSÁVEIS, SUBSTITUTOS E TERCEIROS .....</b>	<b>189</b>

## Capítulo V

**A FIGURA DO ALTERLANÇAMENTO**

<b>1.</b>	<b>PLURALIDADE DE FORMAS DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>193</b>
1.1	Precisões terminológicas .....	197
<b>2.</b>	<b>CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO POR AUTORIDADE ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>201</b>
<b>3.</b>	<b>CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO POR AUTORIDADE JUDICIAL .....</b>	<b>209</b>
<b>4.</b>	<b>CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO POR ADMINISTRADOS .....</b>	<b>213</b>

OS TERCEIROS NA SUJEIÇÃO PASSIVA TRIBUTÁRIA  
E O ALTERLANÇAMENTO

4.1	Diferença para o lançamento por homologação	213
4.2	Gestão tributária e a técnica da “privatização”.	217
<b>5.</b>	<b>AUTOLANÇAMENTO</b> .....	<b>221</b>
5.1	Autolanzamento como dever instrumental tributário	224
<b>6.</b>	<b>A FIGURA DO ALTERLANÇAMENTO</b> .....	<b>229</b>
6.1	Autolanzamento e <i>alterlançamento</i> .....	229
6.2	Diferenças que justificam o tratamento específico	235
6.2.1	Características do <i>alterlançamento</i> em resumo .....	240
6.2.2	Esclarecimento terminológico .....	240
6.2.2.1	<i>Desconsideração do modo de cons- tituição do crédito tributário por autoridade judicial como alterlan- çamento</i> .....	243
<b>7.</b>	<b>À GUIA DE CONCLUSÃO DO CAPÍTULO</b> .....	<b>245</b>

## Capítulo VI

### APLICABILIDADE DO ALTERLANÇAMENTO

<b>1.</b>	<b>EXEMPLOS CONCRETOS</b> .....	<b>249</b>
1.1	COSIP – Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública .....	249
1.2	O dever das distribuidoras de energia elétrica de lançar o ICMS.....	255
1.3	Dever atribuído a tomadores de serviços prestados por contribuintes de outros municípios .....	258



## HENRIQUE MELLO

1.4 INSS-Segurado: dever de <i>alterlançamento</i> atribuído ao empregador.....	261
1.5 INSS-Empresa: dever de <i>alterlançamento</i> atribuído a contratantes de serviços executados mediante cessão de mão de obra.....	263
1.6 Imposto sobre a renda retido na fonte: dever de <i>alterlançamento</i> atribuído às fontes pagadoras .	267
1.7 ICMS-ST “para frente”: dever de <i>alterlançamento</i> atribuído ao “substituto” .....	269
1.8 O estranho caso do ITBI.....	272
<b>2. INFLUÊNCIAS DO ALTERLANÇAMENTO NA PRAGMÁTICA DE TEMAS RELEVANTES.....</b>	<b>279</b>
2.1 Repetição do indébito tributário e compensação tributária.....	279
2.2 Crime de apropriação indébita tributária .....	285
2.3 Decadência e prescrição .....	286
2.4 Inscrição direta em dívida ativa.....	290
2.5 Processo administrativo tributário .....	290

### Capítulo VII

#### ESTADO DE DESCONFIANÇA RECÍPROCA: O

#### TERCEIRO MAIS CONFIÁVEL

<b>1. RELAÇÕES JURÍDICAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA COMO RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ...</b>	<b>295</b>
<b>2. COOPERAÇÃO E BOA-FÉ OBJETIVA.....</b>	<b>297</b>

**OS TERCEIROS NA SUJEIÇÃO PASSIVA TRIBUTÁRIA  
E O ALTERLANÇAMENTO**

<b>3. CONFIANÇA E DESCONFIANÇA SISTÊMICAS COMO TÉCNICAS DE REDUÇÃO DE COMPLE- XIDADES .....</b>	<b>303</b>
<b>4. A ATRIBUIÇÃO DE DEVERES A CONTRIBUIN- TES E RESPONSÁVEIS COMO CONFIANÇA SISTÊMICA NO CONTEXTO DE PRATICABILI- DADE DAS LEIS TRIBUTÁRIAS .....</b>	<b>309</b>
<b>5. A ATRIBUIÇÃO DE DEVERES INSTRUMENTAIS TRIBUTÁRIOS A TERCEIROS COMO DESCON- FIANÇA SISTÊMICA NO CONTEXTO DE PRATI- CABILIDADE DAS LEIS TRIBUTÁRIAS .....</b>	<b>315</b>
<b>6. O TERCEIRO MAIS CONFIÁVEL .....</b>	<b>319</b>
<b>7. LIMITES À ATRIBUIÇÃO DE DEVERES INSTRU- MENTAIS TRIBUTÁRIOS A TERCEIROS.....</b>	<b>321</b>
7.1 Interesse público, eficiência, coerência e pratica- bilidade como limites.....	322
7.2 Proporcionalidade .....	325
7.3 Livre-iniciativa e livre-concorrência.....	327
7.4 Isonomia.....	329
7.5 Legalidade .....	330
7.6 Cláusula de interesse da arrecadação e da fiscali- zação dos tributos .....	335
7.7 Outros exemplos de limites.....	337
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>343</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>347</b>